

Gente Nova

Os magros resultados da economia brasileira, a ineficácia de sete planos econômicos em três anos e a alta rotatividade na cúpula de comando dos negócios nacionais têm induzido a se colocar no setor público quase toda a culpa pelo que vem acontecendo. É preciso reconhecer, porém, que um dos maiores obstáculos à democratização e à privatização de empresas públicas no Brasil, o caminho pelo qual este país poderia marcar um encontro com a eficiência e a modernidade, pode se encontrar no próprio setor privado.

Com frequência tem faltado apetite para a privatização, com os candidatos declarando-se vencidos de véspera pelas resistências da burocracia, mas omitindo que talvez não tenham feito seu dever de casa para enfrentar enormes responsabilidades. Pior que isso, às vezes os candidatos desejam favores excepcionais para assumirem riscos, ou, simplesmente, não têm propostas quando os espaços se abrem e o Governo declara explicitamente sua intenção de transferir empresas. Olhando-se para trás, como chegamos até aqui, e que modelo de crescimento criou-se neste país?

Quando a moda, estimulada pela Cepal, era substituir importações, simultaneamente pensou-se em combinar governo e empresas privadas para atuarem nos espaços vazios. Na década de 70 a petroquímica ensaiou um modelo tripartite, juntando o Estado, o empresariado privado nacional e empresas estrangeiras. O modelo funcionou bem, no início, para a implantação de indústrias pioneiras, e depois terminou se desarticulando diante de dois fenômenos insidiosos: controle de preços e escassez de capital.

Outros setores mais antigos, que nasceram com a II Guerra, e depois se beneficiaram da generosidade das nossas reservas minerais, como a indústria siderúrgica, aí estão, até hoje, como monumentos à presença do Governo como empresário e, ao mesmo tempo, controlador de preços. Sempre que o Estado nega tarifas às suas indústrias elas entram no vermelho, e para sair dele recorrem a artifícios tão penosos quanto a criação de fundos como o FND, que foi retirar dinheiro do público nas bombas de gasolina. Pensou-se em tudo nesse caso para sanear usinas falidas, menos na desarticulação da outra estatal — a Petrobrás, que também sofre por conta dos subsídios ao álcool e de desajustes nos seus próprios preços.

O Brasil não é nem será o único país a conviver com distorções, mas o que o Estado brasileiro e parte de seu empresariado não estão sabendo fazer é como sair da encruzilhada. O Estado quer vomitar seus monstros ineficientes, a burocracia resiste a abrir mão de privilégios, e muita gente espera comprar empresas públicas a preços de banana ou simplesmente recua quando vê o tamanho do problema a enfrentar.

Olhar para fora talvez inspire: o Japão, apesar de toda a propalada eficiência, está empurrando suas ferrovias para o setor privado por concluir que esse é o único meio de melhor servir os usuários; a China tenta restabelecer mercado em alguns segmentos pioneiros de sua economia; a União Soviética alega que não se afastará do socialismo, mas dá as boas-vindas a *joint-ventures* com empresas capitalistas em seu próprio mercado.

Tudo isso ocorre porque os parâmetros para o desenvolvimento mundial foram questionados celeremente pela tecnologia, rebaixando o valor bruto da mão-de-obra e das matérias-primas, além das mudanças no eixo em torno do qual gira a poupança no mercado financeiro internacional. Como poderia o Brasil se reposicionar para lançar os fundamentos do crescimento rumo ao século XXI, que bate às portas?

Existem problemas imensos a resolver, porque as fórmulas empregadas para o convívio entre empresas públicas e privadas estão gastas e saturadas. Não é mais possível estabelecer um "modus vivendi" em que grupos empresariais se beneficiam de regimes cartoriais, sem compromissos com custos e com eficiência. A lógica de que uma empresa pública desorganizada, seja ela uma siderúrgica ou uma ferrovia, pode ser útil porque os funcionários se esquecem de cobrar as contas, ou distribuem generosos subsídios, não funciona mais. O Brasil cresceu e a modernização de sua economia requer mudanças profundas no relacionamento entre Estado e sociedade, entre empresa pública e consumidores ou usuários, e entre empresários e Governo.

Novas lideranças que consigam capturar as bandeiras de reformas terão diante de si um espaço ilimitado para crescer e para fazer com que suas propostas ganhem audiência e respeito. O Brasil está carente de resultados, de programas que tenham começo, meio e fim, e sejam capazes de proporcionar melhores serviços, melhores produtos e melhores preços aos consumidores.

Novas lideranças somente se afirmarão nesse cenário se forem autênticas no sentido dos resultados das suas propostas, se emergirem de suas reuniões afirmando com virilidade quais os objetivos que vão perseguir, em que espaço de tempo e com que resultados positivos para o distinto público. Há um cansaço ideológico no país, é uma fome de produto, de prateleira cheia, de transporte barato, de bons sapatos, bons alimentos e teto para morar. É possível produzir esses resultados não apenas com investimentos brutos, mas ainda com estratégias de reorganização das atividades públicas, com a transferência de serviços ou indústrias para o setor privado.

O Estado não demonstra vocação, em lugar nenhum, para lidar com usuários diretos de serviços, que requerem estratégias ágeis de *marketing*, flexibilidade de oferta de produto e atendimento direto. Mas, para que ele saia, alguém tem que ter apetite para entrar. Um empresariado apático, sócio do desperdício ou derrotado de véspera pela inércia burocrática, não chega a lugar nenhum. Chega ao que temos aí: a mais indecente inflação do planeta, só comparável à da Bolívia antes das reformas recentes.

Um excelente começo para enfrentar responsabilidades será a formação de consórcios que evitem o cartório e permitam economias de escala. O setor privado não pode apresentar-se como reformista ou modernizante se pretender tirar monopólios das mãos do Governo para entregá-los a grupos individuais. Esse modelo esgotou na década de 70 e nos últimos anos. A modernização da economia deve passar, também, pelo mercado de capitais, cuja sobrevivência depende da dispersão das ações e de um número cada vez maior de acionistas, e é para lá que devem se encaminhar os mercados de valores.